

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS:
“FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O ANO 2021”

Parte I

Condições Jurídicas e Económicas

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do Concurso Público Internacional para o fornecimento contínuo de energia elétrica às instalações alimentadas em **Baixa Tensão Normal (BTN)**, em **Baixa Tensão Especial (BTE)** e em **Média Tensão (MT)** , incluindo as instalações de **Iluminação Pública (IP)**, aberto pelo Município de Mora, nele constando as condições jurídicas, económicas e técnicas que regem a referida aquisição.
2. As Especificações Técnicas do objeto do contrato constam da **Parte II** do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Representantes das partes

1. Cada uma das Partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, que desempenha o papel de interlocutor para todos os fins associados à execução do contrato.

Caderno de encargos

“Fornecimento de Energia Elétrica para o ano 2021”

2. Cada uma das Partes obriga-se a informar, por escrito, a outra Parte da identidade e dos contactos dos respetivos representantes previstos nos números anteriores.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os demais elementos do processo de concurso;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, doravante CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Prazo de vigência

1. O contrato tem uma duração de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias** a contar da data da sua entrada em vigor, correspondendo ao período de **1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato mantém-se válido até à conclusão da mudança de Comercializador. Prevendo-se um período de transição, compreendido entre **1 de janeiro de 2022 e 31 de março de 2022**, ou seja, a duração do contrato poderá estender-se por mais **90 (noventa) dias**.
3. O contrato poderá ser referente à globalidade, todos os lotes, havendo apenas um adjudicatário; ou no interesse da Entidade Adjudicante poderão ser elaborados vários contratos parciais, um por cada lote, havendo vários adjudicatários.
4. Na eventualidade dos consumos acumulados estimados serem insuficientes, e ou o valor contratualmente estabelecido seja insuficiente, a requisição externa contabilística referente ao contrato será alvo de aditamento, mantendo-se para o efeito as condições contratualmente existentes. Em caso algum poderá ocorrer a interrupção do fornecimento de energia elétrica.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do Adjudicatário

Cláusula 5.ª.

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, nomeadamente o disposto no Regulamento de Relações Comerciais do Sector Elétrico (RRC), no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

15



a) Disponibilização dos dados de consumo que tenham sido comunicados pelo Operador da Rede de Distribuição numa periodicidade máxima de **3 (três) meses**;

b) Faturação de Energia Elétrica efetuada de acordo com as opções tarifárias e os ciclos horários indicados nos **Anexos 9, 10, 11, 12 e 13** (Caracterização dos Locais de Consumo) do Programa de Procedimento;

c) Desagregação de consumos de energia elétrica por período horário conforme indicado nos **Anexos 9, 10, 11, 12 e 13** (Caracterização dos Locais de Consumo) do Programa de Procedimento.

2. O adjudicatário será responsável pela transferência dos contratos relativos ao fornecimento de energia elétrica de cada instalação, ficando encarregue de desencadear os procedimentos necessários para que a mudança de comercializador se concretize. Não haverá lugar as quaisquer encargos financeiros para a Entidade Adjudicante.

3. O adjudicatário deve respeitar os prazos de mudança de comercializador aprovados pela ERSE.

Cláusula 6.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª

Prazo do dever de sigilo

Caderno de encargos

“Fornecimento de Energia Elétrica para o ano 2021”

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 8.ª

Indexantes

1. Para efeitos do apuramento de uma estimativa do preço contratual, para o fornecimento durante um ano, são contabilizados os preços da componente de energia ativa constantes da proposta, acrescidos das componentes definidas no n.º 2 da Cláusula 9.ª, aplicados ao consumo estimado por parte da Entidade Adjudicante, nos termos constantes da Parte II do presente Caderno de Encargos.

2. A estimativa do preço contratual é apurada de acordo com o modelo apresentado no ficheiro com os **Anexos 4, 5, 6, 7 e 8** (Modelo do Lote) do Programa de Procedimento e os **Anexos 9, 10, 11, 12 e 13** (Caracterização dos Locais de Consumo) do Programa de Procedimento, obedecendo ao disposto no **Anexo 2** (Modelo de Proposta) do Programa de Procedimento, os quais fazem parte integrante das peças do presente Concurso.

Cláusula 9.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos pelo adjudicatário, a Entidade Adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o preço resultante da aplicação dos preços unitários presentes na proposta adjudicada aos consumos registados no período a que digam respeito as respetivas faturas a emitir pelo adjudicatário, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



MUNICIPIO DE MORA

2. Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a Entidade Adjudicante obriga-se, também, a pagar ao adjudicatário, em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes em cada nível de tensão, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e não sujeitas a concurso.

3. Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a Entidade Adjudicante obriga-se, ainda, a pagar ao adjudicatário, o valor relativo a outras taxas legalmente obrigatórias bem como outros custos e encargos que, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis devam ser cobrados aos consumidores finais de energia elétrica.

4. O preço base (total), nos termos da alínea a) do número 1 do Artigo 47.º do CCP, para efeito do concurso é de **818.000,00€** (seiscentos e sessenta e cinco mil Euros), excluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

5. O preço base para cada lote é o seguinte:

Lote 1 – Fornecimento de energia em **MT**: 190.000,00€ (cento e noventa mil Euros);

Lote 2 – Fornecimento de energia em **BTE**: 280.000,00€ (duzentos e oitenta mil Euros);

Lote 3 – Fornecimento de energia em **BTN (> 20,7 kVA)**: 23.000,00€ (vinte e três mil Euros);

Lote 4 – Fornecimento de energia em **BTN (≤ 20,7 kVA)**: 105.000,00€ (cento e cinco mil Euros);

Lote 5 – Fornecimento de energia em **IP**: 220.000,00€ (duzentos e vinte mil Euros).

6. Nos termos dos Artigos 47.º e 473.º do CCP, entende-se por preço base o valor máximo que o Município de Mora se dispõe a pagar, incluindo todos os impostos e despesas, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Cláusula 10.ª

Revisão de Preços

1. As parcelas descritas no número 2 da cláusula anterior são revistas de acordo com as tarifas fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), a vigorar em cada ano civil.

Cláusula 11.ª

Caderno de encargos

“Fornecimento de Energia Elétrica para o ano 2021”

Obrigações de pagamento

1. Pelo fornecimento de energia elétrica objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao adjudicatário o valor correspondente aos consumos descritos no n.º 1 da Cláusula 9.ª do presente Caderno de Encargos, valorizados de acordo com os preços presentes na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. A Entidade Adjudicante deve, ainda, pagar ao adjudicatário o valor correspondente aos demais encargos descritos nos números 2 e 3 da Cláusula 9.ª do presente Caderno de Encargos, valorizados de acordo a legislação aplicável em cada período de consumo, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 12.ª

Condições de pagamento

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da Cláusula 9.ª do presente Caderno de Encargos, devem ser pagas no prazo de **30 (trinta) dias** após a receção das respetivas faturas.
2. Para efeitos do número anterior, as faturas devem conter a discriminação da totalidade dos serviços objeto do contrato, nomeadamente dos consumos relativos ao período de faturação, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, esta deve comunicar ao Adjudicatário, por escrito, no prazo de **15 (quinze) dias** os respetivos fundamentos, ficando o prestador obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas no prazo referido no n.º 1 por meio de cheque, ou de transferência bancária para conta a indicar pelo adjudicatário, ou por outro método acordado.
5. No caso de atraso no pagamento das faturas, referidas no número anterior, o adjudicatário pode invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, nos termos e com os limites previstos no CCP.

15



Capítulo III

Resolução

Cláusula 13.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das Partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da Parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra Parte, devendo-se de igual modo informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Caderno de encargos

“Fornecimento de Energia Elétrica para o ano 2021”

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior. Ou, a compensação monetária por parte do adjudicatário, conforme opção da Entidade Adjudicante.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário, com uma antecedência de **30 (trinta) dias** da data da produção de efeitos.

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de **90 (noventa) dias** ou o **montante em dívida exceda 25 % do preço contratual**, excluindo juros;

2. No caso previsto no número anterior da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos **90 (noventa) dias** após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. Nos demais casos, o direito de resolução do contrato é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 17.ª ou mediante recurso à arbitragem.

Capítulo IV

Caução e seguros

Caderno de encargos

“Fornecimento de Energia Elétrica para o ano 2021”

15



Cláusula 16.ª

Execução da Caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pela Entidade Adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela Entidade Adjudicante, não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição, pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de **15 (quinze) dias** após a notificação da Entidade Adjudicante para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 17.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios e questões emergentes do contrato será competente o **Tribunal Administrativo de Beja**, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Caderno de encargos

"Fornecimento de Energia Elétrica para o ano 2021"

15

Cláusula 18.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da respetiva posição contratual depende da autorização prévia escrita da outra Parte, nos termos do CCP.

Cláusula 19.ª

Notificações e comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes, estas devem ser dirigidas, nos termos previstos no CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das Partes, identificados no contrato.
2. A alteração de qualquer dos elementos de contacto de uma das Partes deve ser comunicada à outra Parte.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados considera-se recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante e efetuadas em dia não útil ou após as 17 horas de dia útil, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Cláusula 20.ª

Deveres de Informação

1. Cada uma das Partes deve informar de imediato a cocontratante de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé, no prazo de **10 (dez) dias** a contar do respetivo conhecimento.
2. Em especial, cada uma das Partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

15



Cláusula 21.ª

Transição dos serviços objeto do contrato

Em qualquer caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto do contrato para a Entidade Adjudicante ou para terceiro por este designado, de modo a que se garanta a continuidade dos serviços objeto do contrato com a mínima perturbação dos mesmos.

Cláusula 22.ª

Contagem dos prazos

Salvo estipulação em contrário, os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados e não se suspendendo nem interrompendo em férias judiciais.

Cláusula 23.ª

Produção de efeitos

O contrato entra em vigor na data da sua assinatura e produz efeitos, em relação a cada um dos locais de consumo individualmente considerados nos Anexos 9, 10, 11, 12 e 13 do presente Programa de Procedimento, na data em que estes reunirem as condições legais e regulamentares de acesso ao fornecimento de energia elétrica por comercializadores, que não o comercializador de último recurso, incluindo os procedimentos de mudança de fornecedor.

Cláusula 24.ª

Aditamento de novas instalações

1. Se no decorrer da vigência do respetivo contrato vierem a ser criadas novas instalações, as mesmas poderão integrar o presente contrato ao abrigo das condições contratualizadas.

2. A redução do número de pontos de entrega não é considerada alteração das condições do contrato em vigor na sequência do presente Concurso Público.

3. A variação do número de luminárias e das suas características técnicas, com eventual aumento ou redução do consumo, não é considerada alteração das condições do contrato em vigor na sequência do presente Concurso Público, nem carece de aditamento.

4. Aumento do consumo não é considerado alteração das condições do contrato em vigor na sequência do presente Concurso Público, nem carece de aditamento.

5. A instalação de equipamentos ou sistemas que visem a eficiência energética e consequente redução de consumo, não é considerada alteração das condições do contrato em vigor na sequência do presente Concurso Público, nem carece de aditamento.

Cláusula 25.ª

Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tenham sido expressamente aceites pela Entidade Adjudicante;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
- c) O Caderno de Encargos e os demais documentos do processo de concurso;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 1 (um) da presente cláusula, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

Cláusula 26.ª

Caderno de encargos

“Fornecimento de Energia Elétrica para o ano 2021”

13



MUNICIPIO DE MORA

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



Parte II

Especificações Técnicas

O Município de Mora pretende adquirir energia elétrica para as suas instalações alimentadas em **Baixa Tensão Normal (BTN)**, em **Baixa Tensão Especial (BTE)** e em **Média Tensão (MT)**, incluindo as instalações de **Iluminação Pública (IP)**.

O fornecimento de energia elétrica objeto do presente Concurso deve respeitar e atender à Legislação em vigor em Portugal nesta matéria, nomeadamente o Regulamento de Relações Comerciais do Sector Elétrico (RRC), e também, quando aplicável, o disposto no Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de Energia Elétrica em Portugal Continental (GMLDD).

A faturação deverá ser feita por medição, em função dos consumos obtidos.

Quando tal não for possível a faturação poderá ser estimada, de acordo com a tipologia do local de consumo, numa periodicidade máxima de **3 (três) meses**.

Na ausência de sistemas de telecontagem, ou na ausência de comunicação de leituras pela Entidade Adjudicatária, deverá o Adjudicante respeitar a periodicidade de realização das leituras pelo Operador da Rede de Distribuição.

Quando não existam sistemas de medição de consumos adequados (e.g. contadores multi-horários), a contagem de energia elétrica, por períodos horário, e tendo em conta a tipologia do local de consumo, deverá ser feita de acordo com o disposto no Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de Energia Elétrica em Portugal Continental (GMLDD), aprovado pela Diretiva n.º 5/2016, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 40, de 26 de fevereiro de 2016, nomeadamente com os Perfis de Consumo publicados na Diretiva n.º 2/2013 da ERSE, publicada na II Série do Diário da República n.º 23, de 1 de fevereiro de 2013.

O Ciclo horário a considerar deverá ser o indicado para cada um dos locais de consumo constantes nos **Anexos 9, 10, 11, 12 e 13** (Caracterização dos Locais de Consumo) do Programa de Procedimento.

A Entidade Adjudicante reserva-se ao direito de implementar medidas de utilização racional da energia tendo em vista a redução dos consumos de energia das suas instalações, quer seja por implementação de medidas de



eficiência energética ou de redução de consumos, quer pela transferência dos consumos para horários mais favoráveis, quando exequível.

A Entidade Adjudicante reserva-se ainda ao direito de, em virtude da implementação de medidas especificadas no ponto anterior, ou em virtude de outro tipo de alterações ao nível do perfil de consumos, a possibilidade de efetuar a redução da potência contratada para cada instalação.

Mora, julho de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Mora,
(Luís Simão Duarte de Matos)